

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.481.584 - SP (2019/0107351-5)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
AGRAVANTE : LUCIANO GIAO BARBOSA
ADVOGADOS : TÂNIA CRISTINA OLIVEIRA DOS SANTOS - DEFENSORA PÚBLICA
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

PENAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FURTO SIMPLES. DEZ DESODORANTES, 2 ESCOVAS DE DENTE E 1 CREME DENTAL. BENS AVALIADOS EM R\$ 130,00. VALOR SUPERIOR A 10% DO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE À ÉPOCA DOS FATOS. MAUS ANTECEDENTES. DADOS QUE DEMONSTRAM MAIOR REPROVABILIDADE DA CONDUTA. INAPLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. PRECEDENTES.

Agravo conhecido para negar provimento ao recurso especial.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por **Luciano Giao Barbosa** em face de decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo que, em juízo de admissibilidade, negou seguimento ao recurso especial por ele apresentado contra acórdão proferido na Apelação Crime n. 0000530-26.2015.8.26.0536.

Narram os autos que o agravante, denunciado pela suposta subtração de 10 desodorantes, 2 escovas de dente e 1 creme dental de um estabelecimento comercial, bens avaliados em R\$ 130,00, foi, após regular instrução, condenado como incurso no art. 155, *caput*, do Código Penal, à pena de 1 ano de reclusão, em regime inicial aberto, e ao pagamento de 10 dias-multa, pena privativa de liberdade substituída pela restritiva de direitos consistente na prestação de serviços à comunidade (fls. 155/161).

Apenas a defesa apelou. O Tribunal local negou provimento ao recurso, em acórdão assim ementado (fl. 245):

Furto simples. Descabido o princípio da insignificância em razão dos antecedentes do réu e do valor considerável da *res furtiva*. Câmeras de vigilância não tornam o crime impossível. Precedentes do STJ. Consumação ocorrida com o desapossamento, ficando afastada alegação de tentativa. Valor do bem que veda o reconhecimento do crime privilegiado. Pena substituída por restritiva de direito, sendo inadequada substituição por multa por se tratar de medida Insuficiente à ressocialização do réu, considerados seus antecedentes. Desprovimento.

Nas razões do especial, apontou a Defensoria Pública a existência de divergência jurisprudencial em relação ao reconhecimento da atipicidade do delito de furto pela aplicação do princípio da insignificância. Requereu, ao final, a absolvição do recorrente, nos termos do art. 386, III, do Código de Processo Penal (fl. 282).

Apresentadas contrarrazões (fls. 295/302), o recurso foi inadmitido na origem, ante a ausência de comprovação da divergência jurisprudencial e por incidência da Súmula 284/STF (fls. 305/306).

Contra essa decisão a Defensoria interpõe agravo (fls. 319/329). Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo conhecimento do agravo para negar seguimento ao recurso especial, nos seguintes termos (fl. 354):

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FURTO QUALIFICADO. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME FÁTICO E PROBATÓRIO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. INCIDÊNCIA DOS ENUNCIADOS Nº 7 E 83 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. PARECER PELO CONHECIMENTO DO AGRAVO PARA NEGAR SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

– A aferição acerca da existência ou não de tipicidade material do delito, em razão da incidência do princípio da insignificância, demanda cuidadosa análise das circunstâncias específicas do caso concreto, a fim de se constatar a inexpressividade da lesão jurídica provocada, o reduzido grau de reprovabilidade e mínima ofensividade da conduta, bem como a ausência de periculosidade social da ação; medida que requer o reexame dos fatos e das provas colacionados aos autos. Incidência do Enunciado nº 7 da Súmula dessa Corte.

– No caso em cotejo, é inviável a aplicação do princípio da insignificância, pois, além de o valor da res furtiva (R\$ 130,00) ultrapassar os 10% do valor do salário mínimo vigente à época do crime (R\$ 788,00 em 1/1/2015), o fato de o paciente ostentar maus antecedentes, impedem a aplicação da bagatela, que não é recomendável ao caso, ante a intensa reprovabilidade da conduta. Precedentes.

– Parecer pelo conhecimento do agravo para negar seguimento ao recurso especial.

É o relatório.

Presentes os requisitos de admissibilidade do agravo, passo ao exame das razões recursais.

A pretensão recursal direciona-se ao reconhecimento da atipicidade da conduta, com a consequente absolvição do ora agravante.

Na sentença, o Juiz singular rejeitou a tese de atipicidade da conduta, *diante da ousadia do réu e valor dos bens subtraídos, que à época foram avaliados em R\$ 100,00, mormente quando sequer é possível aplicar a figura privilegiada em seu favor diante de seus maus antecedentes criminais, que embora tenha decorrido o lapso depurador de cinco anos e não mais configure reincidência, por certo se presta a configurar maus antecedentes* (fl. 158).

Por sua vez, no julgamento da apelação, a Corte de origem também concluiu pela inaplicabilidade do princípio da insignificância, em razão dos maus antecedentes do acusado (crime praticado com violência à pessoa - lesão corporal, uma delas resultando em deformidade permanente), e porque *os bens subtraídos foram avaliados em um total de R\$ 130,00, quantia que não se pode considerar insignificante* (fls. 249/250).

Com efeito, o Superior Tribunal de Justiça tem se orientado no sentido de não ser possível o reconhecimento do reduzido grau de reprovabilidade ou a mínima ofensividade da conduta nos casos em que há a reiteração no cometimento de infrações penais pelo acusado, ressalvada a possibilidade de, no caso em concreto, as instâncias ordinárias verificarem que a medida é socialmente recomendável. Veja-se:

HABEAS CORPUS. PENAL. TENTATIVA DE FURTO QUALIFICADO. CRIME IMPOSSÍVEL. SUPRESSÃO DA INSTÂNCIA. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INVIABILIDADE. ESPECIAL REPROVABILIDADE DA CONDUTA DO AGENTE. HABITUALIDADE DELITIVA. PRECEDENTES. REGIME INICIAL SEMIABERTO. SÚMULA N.º 269/STJ. REINCIDÊNCIA. ILEGALIDADE. INEXISTÊNCIA. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E, NESSA EXTENSÃO, DENEGADA.

1. A alegação de crime impossível não pode ser analisada por esta Corte, sob pena de supressão de instância, já que não ventilada perante o Tribunal de origem.

2. A aplicabilidade do princípio da insignificância no delito de furto é cabível quando se evidencia que o bem jurídico tutelado (no caso, o patrimônio) sofreu mínima lesão e a conduta do agente expressa pequena reprovabilidade e irrelevante periculosidade social.

3. Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é "incabível a aplicação do princípio da insignificância quando o montante do valor da res furtiva superar o percentual de 10% do salário mínimo vigente à época dos fatos" (AgRg no REsp 1.729.387/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 03/05/2018, DJe 09/05/2018). No caso, o Paciente tentou subtrair, em 15/07/2015, seis peças de carne defumada, bens avaliados em R\$ 103,96 (cento e três reais e noventa e seis centavos), valor que supera 10% do salário mínimo vigente à época (R\$ 788,00), o que afasta a aplicação do princípio da insignificância.

4. No mais, as instâncias ordinárias ressaltaram que o Paciente possui maus

antecedentes e é reincidente em delitos patrimoniais - há registro de condenações definitivas pela prática dos crimes de furto qualificado e roubo -, revelando-se incompatível a sua conduta com a aplicação do princípio da insignificância.

5. Considerando a pena imposta - 2 (dois) anos de reclusão - e a condição de reincidente, não há ilegalidade na fixação do regime inicial semiaberto. Súmula n.º 269 do Superior Tribunal de Justiça. Precedentes.

6. Ordem parcialmente conhecida e, nessa extensão, denegada.

(HC n. 483.039/SP, Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe 20/5/2019)

Na espécie, o valor total dos bens em tese subtraídos, avaliados em R\$ 130,00 (cento e trinta reais), não pode ser considerado ínfimo, por ultrapassar 15% do salário mínimo vigente à época dos fatos (janeiro/2015). Além disso, destacaram as instâncias de origem os vários antecedentes criminais do ora agravante, o que demonstra a maior reprovabilidade da conduta e obsta a aplicação do princípio da insignificância.

Nesse sentido: AgRg no AREsp n. 1.143.307/MG, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 1º/12/2017; HC n. 401.329/SP, Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe 31/8/2017; HC n. 425.168/SC, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 15/6/2018, dentre outros.

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, II, *b*, do RISTJ, c/c a Súmula 568/STJ, **conheço** do agravo para **negar provimento** ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator